



## Pretuguês: uma categoria política-linguística Amefricana

### Pretuguês: an Amefrican political-linguistic category

Fernanda de Oliveira Cerqueira<sup>1</sup>

*Universidade Federal da Bahia (Brasil)*

#### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor que Pretuguês (Gonzalez, 1983, 1988) extrapola a noção conceitual, pois atua como uma categoria política-linguística. Para tanto, lanço mão da perspectiva teórica de base transdisciplinar Raciolinguística (Charity-Hudley, 2013, 2016; Alim, Rickford e Ball, 2016), sob as óticas da Linguística Histórica (Mattos e Silva, 2000, 2004) e da Historiografia Linguística Transatlântica (Coelho e Santos, 2022). Conforme tratamento qualitativo, realizado através da técnica de contextualização dos dados extraídos de fontes bibliográficas, foi possível concluir que Pretuguês atua como uma categoria de análise (Cerqueira, 2024; Pugliese, 2025), uma vez que tensiona sob prima político traços linguísticos – rhotacismo, apócope de /R/ final, inserção das formas *a gente* e *você* no paradigma pronominal e redução dos padrões de concordância nominal e verbal – cuja avaliação pode ser tanto de emancipação (Cerqueira, 2020, 2022), quanto de estigmatização (Cerqueira, 2022, 2023).

#### PALAVRAS-CHAVE:

Pretuguês. Amefricanidade. Contato Linguístico. Raciolinguística.

#### ABSTRACT

This paper aims to propose that Pretuguês (Gonzalez, 1983, 1988) goes beyond the conceptual notion, as it acts as a political-linguistic category. To this end, I draw on the transdisciplinary theoretical perspective of Raciolinguistics (Charity-Hudley, 2013, 2016; Alim, Rickford and Ball, 2016), from the perspectives of Historical Linguistics (Mattos and Silva, 2000, 2004) and Transatlantic Linguistic Historiography (Coelho and Santos, 2022). According to qualitative treatment, carried out through the technique of contextualization of data extracted from bibliographic sources, it was possible to conclude that Pretuguês acts as a category of analysis (Cerqueira, 2024; Pugliese, 2025), since it tensions linguistic traits under political primacy – rhotacism, apocope of final /R/, insertion of the forms *a gente* and *você* in the pronominal paradigm and reduction of nominal and verbal agreement patterns – whose evaluation can be either of emancipation (Cerqueira, 2020, 2022), or of stigmatization (Cerqueira, 2022, 2023).

#### KEYWORDS:

Pretuguês. Amefricanidade. Linguistic Contact. Raciolinguistics.

Recebido em: 31 ago. 2025

Aceito em: 21 out. 2025

<sup>1</sup> E-mail: f.cerqueira@ufba.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2515-9371>.

## 1. A encruzilhada de língua, raça e cultura

Sabe-se que o Português Brasileiro – doravante PB – é uma língua<sup>2</sup> notadamente marcada tanto pela diversidade, quanto pela tentativa de homogeneização, em sua constituição social, política e história, tendo em vista que

[o] português brasileiro emergiu como um vernáculo colonial, em uma situação de extremo multilinguismo, caracterizada pelas interações de falantes de línguas europeias (majoritariamente – mas não apenas – o português), línguas indígenas, línguas africanas, em toda a riqueza de suas variedades dialetais (Negrão e Viotti, 2012).

Embora já houvesse diversas civilizações dotadas de grandiosa riqueza cultural, linguística, política e religiosa ocupando o território – àquela época nomeado de Pindorama<sup>3</sup> – o marco para a história de línguas no Brasil tende a ser datado a partir da colonização portuguesa, muitas vezes, desconsiderando que

a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores, [pois] aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse (Baniwa, 2006, p. 17).

Nesse sentido, é fulcral considerar que há, na história da língua portuguesa, sobretudo no Brasil, uma dinâmica de imposição<sup>4</sup> que merece destaque, não só em virtude de suas implicações sócio-políticas na contemporaneidade, mas também por seus impactos linguísticos na sincronia atual e em sincronias passadas. Isso porque “[a] violência que presidiu o mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição de formas sociais, que arrasou completamente sistemas de referência econômica” (Fanon, 1968 [1961], p. 30) também arrasou sistemas linguísticos indígenas e africanos, de modo que também ressignificou o próprio sistema linguístico do português nessas bandas. Não obstante,

<sup>2</sup> Apesar do dissenso entre teorias linguísticas acerca de PB e PE serem variedades distintas de uma mesma língua ou línguas diferentes, assumimos, com base em estudos formais (Roberts e Kato, 1993; Galvez, Kato e Roberts, 2019), que se tratam de duas línguas, dada às distintas marcações paramétricas no âmbito da variação sintática.

<sup>3</sup> Pindorama ou Grã-Pindorama é um item lexical de origem tupi cuja significação é tradicionalmente associada à “Terra de Palmeiras” (Sevcenko, 2000).

<sup>4</sup> Não se pode perder de vista que a dominação colonial atua como demarcação e afirmação de controle físico e geográfico, à medida que inscreve sobre a terra “descoberta/achada” novas normas de relações sociais e espaciais a partir do controle de corpos (Mbembe, 2018).

[a]o longo do Brasil colonial, [houve] um multi/bilinguismo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendente e a lusitana e luso-descendente, reduzidas, certamente, a certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração: as línguas imigrantes no sul/sudeste e as línguas indígenas, principalmente, no centro-oeste e na Amazônia [...]. Na Bahia, admite-se que, no século XIX, se concentraram línguas da família kwá, sobretudo o iorubá (Pessoa de Castro, 2000:38) (Mattos e Silva, 2004, p. 132).

Sabe-se que há menções ao termo *Pretuguês* encontradas no início do século XIX,<sup>5</sup> cujo intuito era demarcar uma modalidade linguística de português, falada fora da Europa, marcada por “africanismos” e “indigenismos”, os quais teriam sido lidos como prejuízo linguístico (Silva Neto, 1986 [1957]). Contudo, é durante a conformação do Movimento Negro Brasileiro, em meados da década de setenta, que o conceito começa a circular com conotação positiva, afrodiáspórica e, não obstante, emancipatória. Quem o faz, por meio da articulação entre raça, cultura e língua é a intelectual, antropóloga panafricanista e feminista negra Lélia Gonzalez quem o define por “marca de africanização do português falado no Brasil” (Gonzalez, 1988, p. 70). Assim, as modalidades linguísticas faladas pelos povos colonizados da “América”, apontariam “para um aspecto [à época] pouco explorado: [...] a influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos crioulos do Caribe)” (Gonzalez, 1988, p. 70).

Em vista disso, é possível avaliar a presença de diferentes aspectos teóricos, epistemológicos e políticos no que tange tanto ao pensamento da autora, em sua complexidade, quanto aos seus desdobramentos no(s) conceito(s) de *Pretuguês*, os quais podem esbarrar em conceitos correntes na Linguística, tais como Português Geral do Brasil, Português Afro-Brasileiro e Português Popular Brasileiro.

Por meio da problematização lexical e discursiva do item “afroamericano”, a autora propõe a existência de uma categoria político-cultural, como base em culturas americanas, a qual intitulou de *Americanidade*. Sob o prisma de Gonzalez (1988, p. 76), o termo “afroamericano” leva a duas proposições, a saber: “a de que só existem negros nos Estados Unidos e não em todo o continente. E a outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição Imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser ‘A AMÉRICA’”.

Com base na problemática em questão, Gonzalez denuncia a ideologia neocolonial presente no uso do item América, tendo como referência espacial única os Estados Unidos, haja vista que essa leitura evidencia o peso do capitalismo como modelo de organização econômico mundial. Diante disso, apaga-se a vasta realidade sociohistórica, cultural, econômica e política das

<sup>5</sup> Para mais informações, ver Macedo (1992), Mingas (2021) e Pugliese (2025).

inúmeras populações habitantes do continente geográfico americano em sua amplitude. Ainda nessa direção,

a intelectual também destaca “equívoco” presente na especificação de negritude (Cesaire, 2010 [1939]), em diáspora (Hall, 2003), apenas aos negros estadunidenses, como se no curso e no “fim” da escravização inúmeros corpos negros, advindos de diversas etnias africanas, não tivessem existido e reexistido (Souza, 2009, 2011) do México “para baixo” e por toda parte do mundo (Cerqueira, 2022, p. 17).

Com efeito, Lélia Gonzalez propõe a *Améfrica*, fruto de uma ação contra colonial<sup>6</sup> e contra imperialista, definida como um “sistema etnográfico de referência, [sendo] uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (Gonzalez, 1988, p. 77).

São muitos os signos culturais mobilizados por ela como marcas de amefricanidade, tais como: a comida baiana (com azeite de dendê), no campo da gastronomia; as aldeias, os quilombos e as irmandades negras, no campo da organização social e coletiva; os territórios de matriz africana e indígena, no campo da religião; os gêneros como axé, samba, funk, rap, blues, soul e rock, no campo musical; blocos afro, Capoeira, rodas de Jongo e escolas de samba, no campo estético; e, não menos importante, Pretuguês, no campo da linguística. Isto é, Pretuguês é uma das principais evidências apresentadas em defesa da categoria de amefricanidade, mas definitivamente não é a única. Não por acaso, o olhar antropológico de Gonzalez (1979 e posteriores) o enquadra como uma das muitas evidências de amefricanidade, sem o rigor aos fenômenos em contraste, como esperado pela linguística. No entanto, isso definitivamente, não invalida seu pioneirismo, haja vista o caráter emancipatório de sua proposta no tocante à reivindicação positivada da presença de línguas e povos africanos e afrodescendentes no português.

Em virtude disso, venho desenvolvendo pesquisas com intuito de melhor enquadrar o conceito de Pretuguês no âmbito da Linguística. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo defender que Pretuguês parece articular-se como uma categoria de natureza política e linguística, uma vez que extrapola a dinâmica conceitual, conforme será discutido ao longo do texto. Para realização desse estudo, mobilizei a Raciolinguística como pressuposto teórico, dado que seu caráter transdisciplinar (Charity-Hudley, 2013, 2016; Alim, Rickford e Ball, 2016; Rosa e Flores, 2017; Cerqueira e Carvalho, 2022) me permitiu mobilizar **raça** como elemento fundamental da

---

<sup>6</sup> Para melhor compreensão da noção de contra-colonialidade, bem como seus impactos na superação do imperialismo, ver Bispo (2015).

análise da língua, uma vez que é seu interesse investigar como a linguagem materializa o racismo, assim como o modo como o racismo atua nas avaliações e atitudes linguísticas.

Considerando que raça (assim como o racismo) é um recurso de hierarquização de sujeitos formalizada no colonialismo, no caso do Brasil, a partir do genocídio de povos indígenas e da escravização de pessoas negras, mobilizamos como uma de nossas premissas a Linguística Histórica de Formação do PB, devido a seu caráter de reflexão acerca desses aspectos como fatores sociohistóricos responsáveis pela constituição do PB, sobretudo, entre os séculos XVII e XIX (Mattos e Silva, 2000, 2004).

Por fim, a sistematização e análise dos dados correspondentes a esses fatores sociohistóricos, aliado a outros de cunho antropológico (Gonzalez, 1983, 1988), com fins qualitativos, se dará a partir da Historiografia Linguística cujo objetivo é estudar “o desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas por meio de textos publicados ou não” (Swiggers, 2013, p. 41). Nesse sentido, nosso trabalho seguirá, mais precisamente, o viés da Historiografia Linguística Transatlântica, dado que “pretendemos revisar a história conhecida e, principalmente, reconhecida das ideias e das práticas linguísticas no domínio transatlântico, atentando para lacunas, ocultações, interdições, silenciamentos e invisibilizações” (Coelho e Santos, 2022, p. 2).

Assim, iremos: a. contextualizar as ideias linguísticas hegemônicas e contra hegemônicas, através de documentação bibliográfica; e b. investigar as aproximações e distanciamentos entre os conceitos de Português Geral do Brasil, Português Popular Brasileiro e Pretuguês. Portanto, o trabalho divide-se nas seções: 2. Passos amefricanos em terrenos linguísticos – subdividida em 2.1 A narrativa hegemônica de formação do português do Brasil e 2.2 As vozes dos agentes de formação do Pretuguês; e 3. Pretuguês como categoria de análise política-linguística. Por fim, encerraremos o texto com ponderações finais.

## **2. Passos amefricanos em terrenos linguísticos**

Uma vez que o empreendimento colonial se materializou como um sistema de exploração de território, de matéria prima e de seres humanos, estudos realizados nos mais diversos campos das ciências sociais e humanas confirmam como a imposição cultural foi uma forte ferramenta de subalternização dos povos dominados. Por conseguinte, tanto quanto a religião, a imposição da língua do colonizador é uma forte ferramenta de violação, uma vez que impacta nas condições de vitalidade e de sobrevivência das línguas originárias dos povos dominados (Mufwene, 2002).

---

À vista disso, a presente seção visa realizar a contextualização de ideias linguísticas hegemônicas e contra hegemônicas de formação do PB, através de documentação bibliográfica, além de confrontar os conceitos de Português Geral do Brasil, Português Popular Brasileiro com Pretuguês. Logo, divide-se em 2.1 A narrativa hegemônica de formação do PB; e 2.2 As vozes dos agentes de formação do PB; e 2.3 Mesmo objeto geral, diferentes objetos teóricos.

### *2.1 A narrativa hegemônica de formação do PB*

Por muito tempo, a colonização foi tratada como um evento histórico superado na história do PB, ao passo que o foco fundamental de grande parte dos linguistas fora de identificar qual seria a mais adequada teoria de formação dessa língua. Esse aspecto<sup>7</sup> pode ser identificado pela escolha por determinados itens lexicais e construções, tais como:

- (1) vitória da língua portuguesa, chegada dos portugueses, difusão da língua portuguesa;
- (2) índios, escravos, mulatos, mamelucos, pretos, crioulos, mestiços; e
- (3) democracia racial.

Nas construções em (1), os itens vitória, chegada e difusão se opõe, uma vez que o primeiro remete a conflito hierárquico, embora os posteriores indiquem pacificidade, ora se houve um discurso sobre vitória, certamente houve disputa em oposição à aceitação pacífica. Já os itens em (2) são substantivos utilizados para nomear sujeitos cujas condições de subalternização foram impostas, ou seja, não se “nasce” índio, escravo ou crioulo, tais rótulos lhes foram impostos como se fossem características naturais, com fins de controle social (Moura, 1992). Por fim, a construção em (3) anuncia uma filiação teórica sobre a formação social brasileira sob a qual o racismo inexistiria, dada à suposta convivência harmônica entre diferentes grupos étnico-raciais, algo notadamente impossível em um cenário no qual supostamente haveria “vitória” da língua portuguesa (diretamente associada à cultura europeia e à raça branca).

Além disso, em trabalhos em que há reforço da narrativa hegemônica, o uso de etnia (matriz cultural de um povo, a exemplo de xavante, kimbundo, guajajara, igbo, tupinambá, guarani, yorubá, gbe) surge constantemente em substituição à raça (conjunto de características fenotípicas,

<sup>7</sup> Pode-se alegar anacronismo, considerando que tais construções e itens fossem comuns nos períodos de produção das obras. Contudo, como será discutido na seção seguinte, à época em que tais discursos circularam também havia resistência de outras frentes, como o Movimento Abolicionista e, posteriormente, o Movimento Negro Unificado e Movimento Indígena, cujas agendas de luta questionam a compreensão de Brasil como “a Europa dos trópicos” (prevalecância e/ou superioridade de culturas europeias na construção da nacionalidade) em defesa da valorização das culturas indígenas e africanas, com foco no combate ao racismo em diferentes instâncias.

através do qual se apaga a identidade étnica de um dado povo, a exemplo de negros e índios, a fim de subalternizá-los), pois ao tratar um pelo outro há uma redução da complexidade envolvida em tais processos de hierarquização de pessoas.

Outro ponto importante foi o papel conferido ao contato linguístico trabalhos dessa ordem, sendo ele ora minimizado, ora maximizado. As principais abordagens de formação do PB, no âmbito da Linguística Geral<sup>8</sup> brasileira, são: Crioulização/Descrioulização; Deriva Secular; e Transmissão Linguística Irregular. Não obstante, são as que mais aparecem tanto em manuais de linguística, quanto em programas de cursos de disciplinas de graduação. A seguir, falarei brevemente sobre cada uma delas, tendo em vista que já há uma densa e consolidada literatura acerca da temática:

a. Hipótese da Crioulização e Descrioulização – proposta por Guy (1981) e Holm (1992): De acordo com Guy (1981), um processo prévio de crioulização teria sido a base constitutiva do Português Popular do Brasil, embora a ampliação do contato com a modalidade considerada culta do PB tenha culminado em processo de descrioulização.

A distribuição dos vários grupos linguísticos dos africanos não foi uniforme por todo o Brasil [...] havia muitos iorubá na Bahia e mais kimbundu na área do Rio de Janeiro. Evidentemente, isso possibilitou a criação de pequenas comunidades-de-fala temporárias que mantiveram o uso dessas línguas africanas no Brasil por um certo prazo. (Guy, 2005, p. 31). Seus efeitos foram [...] na morfologia, redução de vários tipos, perda de pronomes átonos; na sintaxe, falta de concordância; na fonologia, redução de cudas (Guy, 2005, p. 22).

b. Hipótese da Deriva secular – apresentada por Naro e Scherre (1993, 2007) como hipótese de formação do PB. Tradicionalmente proposta por Sapir (1949 [1921]), a abordagem especula que a mudança linguística é fruto de um processo natural de evolução do sistema das línguas ao longo do tempo. Segundo essa ótica, Naro e Scherre (1993, 2007) argumentam que as mudanças do PB, nos padrões de concordância nominal e verbal, seriam decorrentes de mudanças fonéticas resultantes da passagem do Latim dito vulgar para o Português Arcaico – doravante PA.<sup>9</sup> Ou seja, o contato linguístico não seria o responsável por fenômenos linguísticos associados à mudança do sistema, sendo, no máximo, um fator colaborativo. Logo, o PB seria, sob esse viés, uma espécie de contínuo do PA, com algumas alterações, por não haver “nenhuma característica

<sup>8</sup> Embora adotemos aqui o termo Linguística Geral, sabe-se que esse debate tem sido endereçado como agenda de pesquisa por/para alguns campos em específico, a saber: Linguística Histórica e Crioulística, assim como suas interlocuções com Sociolinguística, Gerativismo, Estruturalismo e Funcionalismo, dadas as suas concepções de língua como sistema.

<sup>9</sup> Assumimos aqui a proposta de periodização do português de Galves (2012).

do português do Brasil que não tenha um ancestral claro em Portugal” (Naro e Scherre, 2007, p. 13).

c. Transmissão linguística irregular (TLI) – proposta por Lucchesi (2003, 2009, 2015), com base no estudo sobre aquisição linguística regular de Thomason e Kaufman (1988). A TLI seria reflexo da aquisição da língua de dominação pelos povos dominados, fora do período crítico de aquisição de língua materna (LM). Isto é, parte-se da hipótese de que no contato linguístico entre colonizador e colonizados tenha surgido um sistema comunicativo emergencial (*pidgin*), o qual seria *input* da aquisição de LM pelos falantes da segunda geração dos povos dominados. Ao final da aquisição do *pidgin* como LM da segunda geração de falantes colonizados, surgiriam ou uma língua crioula ou uma variedade irregular da língua de dominação. Logo, tanto uma língua crioula quanto uma variedade irregular da língua do colonizador ocorreriam em contexto de contato linguístico massivo, radical e abrupto, em que haja: “(i) o acesso mais restrito à Língua Alvo na fase inicial do contato entre línguas, em que haja predominância de falantes adultos e divisão demografia; e (ii) a pouca influência da Língua Alvo nas fases seguintes de reestruturação da gramática” (Lucchesi e Baxter, 2009, p. 122).

De acordo com Lucchesi (2009, 2015), o PB seria uma variedade irregular de português, não uma língua crioula, por conta da difusão da norma estabelecida como culta, através do surgimento dos primeiros centros urbanos e da impressa, aliados com a popularização da educação básica. Ademais, com base em Freyre (2003 [1933]), assume-se o mito da democracia racial, segundo o qual não haveria racismo no Brasil, pois pessoas negras e brancas não teriam restrição espacial, o que impediria o surgimento de grandes comunidades fala isoladas de brancos e de negros.

Se por um lado, Lucchesi (2001, 2015) demonstra a existência de uma polarização sociolinguística no PB, sendo essa “uma caracterização da realidade sociolinguística brasileira como bipolarizada, entre uma norma culta, definida a partir dos padrões de fala das classes médias e alta e uma norma popular ou vernácula, reunindo os falares das classes baixas” (Lucchesi, 2001, p. 1). Por outro lado, cabe questionar a identidade étnico-racial das classes média e alta contra a identidade étnico-racial das classes “baixas”, uma vez que cerca de quatro séculos de escravização e genocídio de povos indígenas e africanos impactaram significativamente nas condições de acúmulo de capital e acesso a direitos no curso da história do Brasil. Quanto a isso, Gonzalez demarca que

[t]emos [...] uma **polarização em termos de distribuição racial**, que deverá ser devidamente reforçada e reinterpretada em termos do **modo de produção** que se estabelecerá hegemonicamente. Note-se que a existência de um Brasil subdesenvolvido que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial (Gonzalez, 2020 [1979], p. 36, grifo nosso).

Cabe salientar que a colonização, evento marcado por exploração, racismo, sexismo e genocídio, cuja base econômica foi o escravagismo, tende a ser neutralizado nas abordagens hegemônicas, como se tais violências fossem triviais para o contato entre falantes das línguas em discussão. Apesar do intuito de identificar “erosões” na estrutura linguística do PB, elementos da construção da estrutura social brasileira são suplantados em tais formulações. Nos termos de Fanon (1968 [1961]), tais falantes parecem ser compreendidos como pessoas menos humanas, o que também foi verificado pelo autor como reflexo da colonização. Com efeito, há a manutenção de uma prática discursiva fruto da concepção de que corpos negros e indígenas seriam meros objetos de investigação. Sob a ótica dos descendentes de povos dominadores, a colonização sustentada por genocídio indígena e escravagismo africano parece escapar constantemente do escopo da Linguística Geral.

Aparentemente, tal fato parece estar associado a base sociológica mobilizada por esse campo, cuja compreensão da formação social brasileira é orientada pelo mito da democracia racial, escamoteando o racismo – elemento estruturante da sociedade brasileira – por capitalismo. Dentro tais autores, é imprescindível mencionar os trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Caio Prado Júnior e Darcy Ribeiro, pois, em termos de contextualização, vale ressaltar que esses autores estiveram, em seu tempo, fortemente engajados com um projeto eugenia<sup>10</sup> de construção da nacionalidade brasileira (Stepan, 2004, Rocha, 2010).

<sup>10</sup> No curso da colonização, foi propagado o mito da inferioridade natural de povos não-europeus (ou não brancos), uma vez que tais populações deveriam “ser salvas” através do catecismo, pois foram consideradas primitivas e/ou desprovidas de alma. Com a crise do escravagismo e o advento do imperialismo, a eugenia (corrupção enviesada da Teoria da Evolução Darwiniana) atualiza e agênciia o mito da inferioridade natural, ao defender, sem rigor metodológico, que, apesar de serem de uma mesma espécie (*homo sapiens*), caucasianos seriam mais evoluídos do que negroides e mongoloides (Gilroy, 1993 [2001]). Embora óbvio para qualquer pessoa com o mínimo de informação sobre a real proposta do darwinismo, é importante registrar que há consenso no âmbito das ciências naturais de que não há evolução dentro de uma mesma espécie, ao passo que diferentes raças humanas, do ponto de vista biológico não existem. Como consequência, muitos autores começaram a abolir item lexical raça por sua associação à eugenia, desconsiderando, contudo, que raça é um conceito construído pela colonialidade – o qual marca a modernidade e a pós-modernidade – por meio do qual se concebe um construto social e político a partir de traços fenotípicos (Hall, 2003).

Em termos de correlação historiográfica, parece importante frisar que do mesmo modo que na formação do PB, a colonização do Brasil também é responsável pelo racismo como dinâmica de controle social nesse território (Albuquerque, 2009). Em vista disso, é preciso considerar que:

- no curso da colonização houve: o processo de exploração de território, de matérias primas e de seres humanos; a institucionalização de um sistema econômico escravagista baseado no tráfico transatlântico e no trabalho forçado; e o mito da inferioridade natural em primeira instância difundido pelas religiões judaico-cristãs – as quais, certamente, já traziam em sua base efeitos políticos e ideológicos marcantes da (re)conquista da Península Ibérica, conforme aponta Sacramento (2019);
- no período imperial, houve: a abolição da escravização, como efeito de pressão tanto do Imperialismo, quanto dos movimentos abolicionistas; a emigração europeia, como política de branqueamento populacional; a racialização dos espaços rural e urbano vinculada à Lei de Terras (1850); a criminalização da população negra provida pelo Segundo Código Criminal do Império (1890); a racialização da concentração de renda entre população branca de origem europeia, inerente ao déficit das relações de trabalho remunerado e de acesso à educação entre brancos e não brancos; e o mito da inferioridade natural, em segunda instância, difundido pela agenda pseudocientífica eugenista;
- na construção da nacionalidade republicana, funda-se o mito da democracia racial, como desdobramento das políticas de branqueamento, orientadas pela mestiçagem (Munanga, 1999), em paralelo à terceira dinâmica de promoção do mito da inferioridade natural, dada através da estereotipia de corpos negros e indígenas (inicialmente, veiculada pela literatura romancista; posteriormente, veiculada pela grande mídia, quer em noticiários sensacionalistas, quer em telenovelas).

Com efeito, é indiscutível, conforme já atestado em legislações – como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), a Lei de Cotas Raciais (Lei 12.711/12), a Lei que institui obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei 10.639/03 alterada para Lei 11.645/08) e Lei de reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos (Lei 12.990/14) – que o racismo é tanto um elemento estruturante da sociedade brasileira (Almeida, 2018), quanto um regulador cultural (Gonzalez, 1983; Sodré, 2023). Diante disso, faz-se necessário verificar, em que medida, o marcador social raça é significativo para a compreensão mais ampla da constituição do PB, ou seja, de que modo o Pretuguês, como categoria analítica de ordem política-linguística em sua base amefricana, nos fornece pistas para a compreensão desse(s)

evento(s), ao passo que também atua como prática linguística emancipatória por meio da reivindicação identitária de minorias étnico-raciais.

Sabe-se que, no âmbito da Linguística Geral, raça tende a inexistir, chegando no máximo a ser associada subliminarmente com a variável diastrática estratificação socioeconômica e/ou de escolarização (Cerqueira, 2020, 2022; Cerqueira e Carvalho, 2022; Freitag, 2023). No entanto, ao avançar a reflexão sobre eventos linguísticos, para além da própria Linguística (como já o fazem a Filologia, a Linguística Aplicada, as Análises do(e) Discurso e os estudos da Tradução), percebemos que campos do saber tais como a Antropologia, a História, a Psicologia e as Ciências Sociais e Políticas nos fornecem aparato mais robusto sobre a avaliação de eventos sociais e históricos. Eventos esses que estão longe de ser convencionados na Linguística Geral, haja vista que apresentam dados para construção de uma narrativa contra hegemônica e, portanto, contra colonial. Por isso, na seção seguinte será feita a contextualização do cenário de produção de Lélia Gonzalez, bem como de outros intelectuais negros contemporâneos, tais como Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos e Beatriz do Nascimento.

## 2.2 As vozes dos agentes de formação do PB

É consenso, entre acadêmicos/as, intelectuais e militantes de diversas áreas, o brilhantismo da produção de Lélia Gonzalez, sobretudo, no que tange à sua produção na Antropologia e nas Ciências Sociais (Rios e Lima, 2020), como no âmbito político, com destaque para o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras (Carneiro, 2005, 2019). Dito de outro modo, Lélia Gonzalez, dentro ou fora da acadêmica, produziu reflexões através das quais é possível repensar agendas de pesquisa e agendas políticas concomitantemente.

Não por acaso, sua identidade como mulher negra císgênero de classe trabalhadora lhe confere vias tanto de problematização, quanto de contestação do modelo de sociedade vigente, em prol de emancipação individual, bem como de empoderamento<sup>11</sup> coletivo. Com efeito, em sua produção

é possível encontrar simultaneamente citações de referências clássicas da filosofia e das ciências sociais convivendo com o linguajar popular, do latim ao bantu, passando pelo que ela chama de “pretuguês”, uma espécie de africanização ou crioulização do idioma falado no Brasil. [...] Impacta, na leitura de seus textos e de discursos transcritos, exatamente a atualidade das posições tomadas por ela [a mais] de três décadas atrás: críticas à

<sup>11</sup> Dialogamos com a noção de empoderamento proposta por Amílcar Cabral e Paulo Freire, em que a emancipação individual se desdobra em emancipação coletiva, ao passo que o empoderamento é fruto dessa ciclicidade (Berth, 2018).

persistência do racismo e do sexism na cultura brasileira; defesa de candidaturas negras e de mulheres [...]; importância da autonomia dos movimentos [sociais] em relação aos partidos políticos, mas sem deixar de lado a relevância da atuação da política institucionalizada (Rios e Lima, 2020, p. 10).

Diante disso, Lélia Gonzalez<sup>12</sup> revela uma persona política engajada com a construção de uma sociedade efetivamente democrática, de modo que agendas acadêmicas e políticas “se confundem” no exercício de suas práticas sociais. Tal aspecto sem dúvida permitiu-lhe confrontar o mito da democracia racial considerando-o, sob ótica psicanalítica, fruto do que chamou de neurose cultural brasileira. Para ela, o racismo no Brasil é denegacional, se configura como neurose, pois sua naturalização é conferida por seu apagamento, aliado à mobilização de estereótipos como imagens de controle (Collins, 2001), tais como irresponsabilidade, infantilização, hipersexualização, aculturação, baixa cognição, dentre outros. Tendo isso em vista, ela afirma que “[n]a medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação da psicanálise [sobre o caráter denegacional do racismo brasileiro]” (Gonzalez, 1983, p. 226). Assim, a autora aponta, por meio da interlocução com a Psicanálise, caminhos para a compreensão da sociedade brasileira, através das noções de consciência (descrita por ela como lugar do desconhecimento e da alienação) e memória (tratada por ela como o lugar da emergência da verdade).

Destarte, a consciência é materializada pelo discurso dominante, com função de ocultar a memória. Com efeito, o imaginário de que vivemos em uma democracia racial no Brasil possibilita a manutenção da desigualdade racial, já que se atribui tais desigualdades exclusivamente ao sistema capitalista, sem a devida problematização de como se deu (e ainda se dá) o acúmulo de capital entre diferentes grupos étnico-raciais. Ainda que haja forte relação entre raça e classe no caso do Brasil, não se pode perder de vista que

[a] branquitude aparece como identidade racial socialmente invisível por um lado, e também altamente visível por outro. Se ser branco significa ter acesso a uma série de privilégios que são mascarados pelo discurso da meritocracia, ser branco também é uma forma de grande visibilidade quando analisamos a presença quase exclusiva de certos grupos raciais em produções culturais [e em espaços de poder] (Moreira, 2019, p. 58).

<sup>12</sup> Lélia Gonzalez graduou-se em História e Filosofia, na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), realizou mestrado em Comunicação Social e Doutorado em Antropologia Política. Por anos, atuou como docente de Cultura Brasileira, na PUC-RJ, além de chefiar o departamento de Sociologia e Política. Em paralelo à sua trajetória no âmbito da academia, Lélia também foi liderança de grandes coletivos políticos, tais como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, instâncias em que construiu diversas agendas de resistência social frente a um cenário marcado por desigualdades.

Por essa razão, a agenda de pesquisa Gonzalez destinou-se persistentemente a desmistificar o mito da democracia racial, bem como a viabilizar dinâmicas de associação cultural positiva e de pertencimento de pessoas negras na diáspora. É desse modo que, ao investigar traços culturais de negritude na sociedade brasileira, ela os aciona como símbolos políticos a fim de rasurar o que ela chamou de “lugar de rejeição”.

Com efeito, ao avaliar a necessidade de um sistema etnográfico de referência afro-indígena, a autora funda a pauta por Amefricanidade, no bojo da Améfrica Ladina. Desse modo, a ação de Gonzalez revela a intenção de requerer o protagonismo aos sujeitos “ameríndios e afro-diaspóricos”, em oposição ao ideal eurocêntrico altamente vigente no período de suas publicações, uma vez que entre as décadas de sessenta e setenta, era comum clamar-se pela “vitória da língua portuguesa, mediante à eliminação de africanismos e indigenismos”, como se aí houvesse uma marca de superioridade natural associada à sua condição de língua de dominação (hooks, 1994).

Gonzalez já sinaliza que há, no português falado no Brasil, fenômenos linguísticos muito distintos daqueles verificados no português falado na Europa. Assim, a renomada intelectual negra, ironiza a constante prática de pensar corpos negros exclusivamente como objetos de pesquisa no âmbito das ciências sociais e humanas, ao afirmar que “o lixo vai falar, e numa boa”. Sendo assim, reflete que

[é] engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l*, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* in existe. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 1983, p. 238).

Apesar de aparentemente seu intuito não ser o de aprofundar formalmente a discussão sobre fenômenos específicos do sistema linguístico, haja vista que o enfoque antropológico sobre fenômenos da linguagem deu-se com intuito de apontar o sistema político-cultural e não o sistema linguístico em si, Lélia Gonzalez foi a primeira<sup>13</sup> no Brasil a fazer, de maneira positivada, a constatação de que o PB é africanizado, assim como de que as formas de uso associadas ao povo

<sup>13</sup> Sabe-se que na década de oitenta, houve grande contribuição dos estudos realizados pela Etnolinguista Ieda Pessoa de Castro, para compreensão do léxico de línguas africanas, especialmente, do grupo bantu, para a formação do PB, aos quais temos muito respeito e admiração. Todavia, ainda que não os desenvolva, o trabalho de Gonzalez aponta para aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos ainda inéditos nessa época. Ademais, Gonzalez pensa a construção social brasileira, assim como seus impactos na língua, sob ótica antirracista, conferindo autoridade, protagonismo e brilhantismo à população africana e afro-brasileira, ao passo que a intervenção linguística atua como processo de resistência, não como mero acaso ou irregularidade, aspecto também inédito (ou isolado) por muito tempo.

negro não são erros, mas rasuras na língua de dominação. Já entre o final da década de setenta e o início da década de oitenta, Gonzalez (2020 [1979], 1983) destaca nuances caras à Linguística brasileira, embora não as nomeei.

Tendo em vista que a ausência de nomenclatura de tais fenômenos por meio da metalinguagem da Linguística implicou em críticas aos trabalhos de Gonzalez, Cerqueira (2022) nomeia esses fenômenos<sup>14</sup> com intuito de requerer o devido protagonismo aos trabalhos de Gonzalez. Assim, os fenômenos linguísticos presentes, por meio de dados, nas obras de Gonzalez são o rotacismo, em (1), a apócope de /R/ final, em (2); a reorganização do quadro pronominal, em (3), e, por conseguinte, a redução do paradigma de concordância verbal, (4).

- (1) a. Flávia / Fravia
- b. bloco / broco
- (2) a. cantar / cantá
- b. contador / contadô
- (3) a. Tu / Você
- b. Nós / A gente
- (4) a. Como tu estás? / Como tu tá? / Como você tá? / Como cê tá?
- b. Nós vamos / Nós vai / A gente vai / A gente vamos

Nesse sentido, ainda que sob ótica antropológica, o estudo foi pioneiro, ao passo que Gonzalez (1983) foi a primeira a constatar e a defender, de maneira explícita e positivada, que comportamentos linguísticos em (1), (2), (3) e (4) decorrem da interferência<sup>15</sup> de línguas africanas na formação do PB. Sabe-se que tanto no âmbito da Linguística, com destaque para as produções de Gladstone Chaves de Melo e Sarafim da Silva Neto, como demonstra Pugliese (2025), quanto da imprensa (Lemos, Moura e Bêta, 2025), muitas fontes anteriores a Gonzalez detectaram a presença linguística africana no PB. Contudo, ela é a primeira a fazê-lo como prática emancipatória, haja vista que, antes dela, prevaleceu um discurso de que as línguas indígenas e

<sup>14</sup> É importante mensurar que uma vez que esses fenômenos linguísticos, manifestados em diferentes níveis de análise, dentre outros, servem de evidência empírica tanto para assunção de que PB e Português Europeu (PE) são línguas diferentes (devido a diferentes marcações paramétricas na aquisição da linguagem, com destaque para a sintaxe, resultando em diferentes línguas) ou variedades diferentes de uma mesma língua (devido a variações linguísticas em todos os níveis de análise).

<sup>15</sup> Aqui utilizamos “interferência” na direção da concepção de transformação linguística proposta por Mingas (2021). Isto é, tais rearranjos gramaticais não são concebidos como irregularidade decorrentes de seu processo de aquisição atípico, mas como aspecto comum ao contato entre línguas, de modo semelhante ao proposto por Aboh (2015) com a concepção de gramáticas híbridas.

africanas contaminaram o PB. Diante disso, é indiscutível o reconhecimento de seu pioneirismo, apesar do epistemicídio agenciado pela articulação de racismo com sexismo.

De acordo com Gonzalez (2020 [1979]), “a dita fala brasileira” é rasurada por uma série de marcas das línguas africanas, em um nítido processo de resistência cultural, por meio da apropriação da língua do colonizador (hooks, 1994). Além disso, confere o papel de agente de mudança linguística às mulheres negras (Gonzalez, 1983; Cerqueira, 2022) – sob as figuras das mucamas e das mães pretas, no passado escravagista; das empregadas domésticas e das babás, no pós-abolição.

Consciente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube a mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o **pretuguês**, como dizem os africanos lusófonos) e, consequentemente, a própria africanização da cultura brasileira (Gonzalez, 2020 [1979], grifo nosso).

Portanto, Lélia Gonzalez evoca o Pretuguês como evidência empírica para denunciar que apesar das diversas manifestações de racismo naturalizadas no Brasil, a formação social brasileira é eminentemente negra e indígena. Como pista de violências não só físicas, mas também epistêmicas contra culturas africanas, a autora aponta que

[o] caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo) aponta[ndo] para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos [...] crioulos do Caribe) (Gonzalez, 1988, p. 70).

Sabe-se que o rotacismo é uma marca de consonantismo presente desde a formação do português, no noroeste da Península Ibérica, provavelmente, de influência basca ou árabe (Ilari, 1999), como se observa, por exemplo, na passagem de *iglesia* > *igreja*. Contudo, a denúncia de Gonzalez (1988) não parece se restringir à origem do rotacismo (se estaria de fato no PA ou se seria decorrente do contato com línguas africanas), mas ao modo como uma variante, provavelmente associada a línguas e aos povos africanos e seus descendentes implica em estigma. Dito de outro modo, se está associado a um “falar preto” é ruim. Prova disso, é como o valor social do rotacismo se alterna da passagem do latim dito vulgar para o PA (mencionado acima) e em variação no PB contemporâneo na variação entre *placa* / *praca*, por exemplo. Enquanto o primeiro é lido como comum (*iglesia* > *igreja*), o segundo é estigmatizado (*placa* / *praça*).

Antes da assunção de uma hipótese de formação do Pretuguês, é preciso retomar a discussão realizada por DeGraff no que tange à tensão racial na *Crioulística*, impactando severamente nas concepções acerca dos processos e dos sistemas linguísticos em jogo.

Em outras palavras, os linguistas daquela época, assim como filósofos e outros acadêmicos envolvidos nas ciências humanas, tinham que justificar a escravização e convencer a si mesmos e a todos os outros de que os africanos e os povos indígenas das Américas estariam naturalmente destinados à escravização devido à sua suposta inferioridade natural. Portanto, suas línguas também tinham que ser consideradas ‘menores’, como um reflexo de sua humanidade menor — com graus de humanidade definidos pelas normas europeias. [...] Estes últimos foram os próprios fundadores e financiadores do projeto de ‘colonialismo e [suas ditas] conquista’ estruturaram a produção e a transmissão de conhecimento sobre as línguas crioulas (DeGraff, 2020, p. 295, tradução nossa<sup>16</sup>).

Por termos em conta a crítica estabelecida por DeGraff (2020), entendemos que embora haja aquisição atípica de segunda língua (L2) por falantes adultos, em contexto multilíngue, durante o contato linguístico, divergimos de que haja um processo de mudança inerente à própria língua, como também de que a língua resultante de tal contato disponha de um sistema simplificado ou seja uma variedade irregular da língua de dominação.

Portanto, assumimos com Aboh (2015), sob ótica formal afro-referenciada, que a gênese de línguas advindas de contato linguístico não se caracteriza por uma gramática menos marcada, mas pela hibridização de traços linguísticos presentes ora na gramática da língua lexificadora, ora nas línguas originárias. Dito de outro modo, tanto na aquisição de LM, quanto na aquisição de L2, há um denso processo orientado pela seleção e pela competição dos traços gramaticais das línguas envolvidas. Porém, no caso de LM, as mudanças linguísticas se estabelecem no âmbito da marcação paramétrica.

Nesse sentido, é possível considerar que há diferentes aspectos teóricos, epistemológicos e políticos no que diz respeito a relação entre raça, língua e cultura. Tendo isso em vista, cabe questionar o que é Pretuguês? Quais sentidos estão em conformação com a proposta de Gonzalez? Seria possível vincular Pretuguês a uma categoria política-linguística de base ameficana? Como tal categoria se relaciona com a história social do português no Brasil?

### *2.3 Mesmo objeto geral, diferentes objetos teóricos*

Orientados pela premissa de que “o ponto de vista cria o objeto” (Saussure, 2012 [1916], p. 16), Dascal e Borges Neto (2004, p. 37) defendem que “[t]eorias diferentes podem construir objetos

---

<sup>16</sup> No original: “In other words, linguists of that era, as well as philosophers and other scholars involved in the humanities, had to justify enslavement and convince themselves and everyone else that Africans and Indigenous peoples of the Americas were naturally destined for enslavement due to their supposed natural inferiority. Therefore, their languages also had to be considered ‘lesser,’ as a reflection of their lesser humanity—with degrees of humanity defined by European norms. [...] The latter were the very founders and financiers of the project of ‘colonialism and [its so-called] conquest’ that structured the production and transmission of knowledge about creole languages” (DeGraff, 2020, p. 295).

teóricos distintos sobre um mesmo objeto observacional". Sob essa ótica, venho pensando sobre o fazer científico com línguas ao longo de quase duas décadas, pois embora possamos nos debruçar sobre um mesmo objeto de investigação, nossa compreensão sobre ele é atravessada por nosso lugar teórico.

Com o movimento de mulheres negras, aprendi que não só o lugar teórico atravessa quem faz pesquisa, mas também seu lugar social. Não há imparcialidade, há uma forte associação de padrões hegemônicos à universalidade, justamente por seus lugares nas instâncias de poder (Carvalho, 2021). Talvez por essa razão, tenha sido possível repensar a constituição da estrutura linguística do PB sob o prisma racial, aspecto que parece impactar muito diretamente no olhar sobre o objeto linguístico.

A meu ver, embora haja muitos encontros entre os conceitos de Português Geral do Brasil, Português Afro-Brasileiro e Português Popular Brasileiro, também há muitos desencontros. Tendo em vista que, para alguns pares, Pretuguês seria meramente "um nome novo" para um tema amplamente discutido pela Linguística Geral com outros termos, optei por resgatar tais termos a fim de sinalizar, sob meu enquadramento teórico e social, como leio suas aproximações e distanciamentos com o Pretuguês, haja vista que não me parecem ser as mesmas coisas.

O conceito de Português Popular do Brasil (PPB) já havia sido mencionado em obras de autores como Serafim da Silva Neto, Silvio Elia, Nelson Rossi e Vasco da Gama e Fernando Tarallo, mas assume maior prevalência a partir do trabalho de Naro e Scherre (1993, 2007). Para esses dois autores, o PPB seria a norma de uso corrente entre as camadas populares da sociedade brasileira, ou seja, os setores sociais menos providos de acesso a bens de prestígio, por isso seriam as formas de uso produtivas entre a grande massa. Importante destacar que, pelos motivos mencionados nas seções anteriores, essa massa popular possuía (e possui) cor/fenótipo e não é branca ou eurocentrado. Não por acaso, tais formas de uso tendem a ser imbuídas de estigma. Do ponto de vista da variação, Naro e Scherre (1993, 2007) enfocam o fenômeno de concordâncias de número nos sintagmas nominal e verbal, defendendo que esse fenômeno já se fazia presente no PA, por isso não teriam relação direta com o contato linguístico entre o português e as línguas africanas.

O conceito de Português Geral do Brasil (PGB) é apresentado por Mattos e Silva (2004) sendo ele um termo utilizado pela autora para referir-se à modalidade linguística falada pela população negra escravizada em meados do século XVIII, difundida no século XIX para diversos territórios brasileiros, por meio dos fluxos migratórios de escravizados, após a proibição do tráfico transatlântico. Mattos e Silva argumenta ainda que o PGB seria uma língua ancestral do PPB. Isto é,

se o PPB foi constituído, mediante a fatores sociohistóricos, a partir do PGB, o fator racial parece extremamente relevante para essa ótica. No tocante aos fenômenos em variação, Mattos e Silva sinaliza a carência de documentos antigos produzidos por sujeitos escravizados, quer pela violência da escravidão, quer pelas condições preservação de documentos produzidos nesse período.

Já o conceito de Português Afro-Brasileiro (PB Afro) é proposto por Lucchesi (2006, 2009), o qual é compreendido como a variedade de PB preservada em comunidades rurais isoladas afrodescendentes (as quais preferimos chamar de quilombos por motivos expressos por Nascimento, 2018 [1985]). Para Lucchesi, o fato de haver preservação de modalidades crioulizadas de português nesses territórios dá-se por suas localizações distanciadas dos grandes centros urbanos, assim como do pouco acesso à imprensa e à escolarização até boa parte do século XX. Como fenômenos linguísticos associados, de algum modo, ao PB Afro, Lucchesi elenca realização de sujeito pronominal, sentenças relativas, construções clivadas, construções de tópicos, negação sentencial, concordância de número, concordância de gênero, realização de artigo definido em sintagma nominal, concordância verbal, concordância de estruturas passivas e predicativas, construções em modo subjuntivo, objeto direto anafórico, alternância dativa, primeira pessoa do plural, flexão de caso dos pronomes pessoais e sistema de expressões de posse.

Embora não façam proposição de nomenclatura acerca de alguma modalidade de PB, é importante destacar que Avelar e Galvez (2014) argumentam favoravelmente à hipótese de que as línguas africanas faladas pela população escravizada introduzidas no Brasil, após o sequestro do tráfico transatlântico para trabalho forçado, desempenha papel significativo na emergência da gramática do PB. Ao comparar, sob viés mentalista, o paralelismo entre fenômenos morfossintáticos de PB, de português africano de angolano e de moçambicano e de línguas bantu (kimbundo, kikongo, ubundo, etc) verificaram que há muito em comum entre essas gramáticas. Para tanto, os autores investigaram aspectos gramaticais do PB não encontrados em PE – a saber: construção de tópico-sujeito, sintagmas preposicionais argumentos de verbos de movimento regidos pela preposição *em*, predicados dativos com duplo objeto – reforçando a hipótese do contato linguístico, pois houve transferência de propriedades sintáticas das línguas maternas da população africana escravizada para o português em formação no Brasil.

Curioso que, apesar de Gonzalez não ser linguista – o que em nada reduz o brilhantismo de suas obras – a autora aponta para caminhos que foram posteriormente ampliados pelos trabalhos supracitados, uma vez que se pode recuperar em seu discurso:

- a. a defesa à hipótese do contato linguístico, já que afirma de modo positivado que o português falado no Brasil é marcado por africanidades, não uma transformação motivada temporalmente pelo próprio sistema linguístico;
- b. nuances de variação típica do PB, registradas em Cerqueira (2022, p. 19) como apócope de /R/ final, a reorganização do quadro pronominal, devido à entrada dos pronomes *você* e a *gente*, e, com efeito, a redução do paradigma de concordância.

Diante disso, a meu ver há muito em comum no debate sobre PPB, PPG, PB Afro e Pretuguês, mas sob óticas distintas. Além da discussão sobre a origem dessa modalidade ser advinda de deriva secular ou de contato linguístico, o papel e o valor conferido à população negra nesse processo também se distinguem significativamente. Enquanto que o debate sobre Pretuguês intenta conferir protagonismo e referência positiva às línguas africanas e à população negra brasileira, esse objetivo não é posto em tela nas reflexões sobre PPG, PPB e PB Afro, ao passo que, em alguns casos, a presença africana e afrodescendente é considerada como fator de simplificação do sistema do PB, não de sofisticação/inovação, como está implícito na noção de Pretuguês, dado ao seu caráter emancipatório como evidência de Amefricanidade.

Apenas uma década depois dos primeiros africanos subsaarianos escravizados terem chegado a Portugal, meados do século XV, desenvolveram-se atitudes discriminatórias relativamente à forma como estes africanos falavam português, desqualificando-os linguisticamente. Por exemplo, em sátiras sociais de 1455, as práticas linguísticas dos sujeitos escravizados eram representadas como singularidades linguísticas caracterizadas pelo uso de formas incoerentes de linguagem, categorizadas como “língua de preto” (Pereira, 2002, 2006; Henriques, 2009). Também nas peças de teatro de Gil Vicente, entre 1522 e 1524, os africanos eram inferiorizados “através de uma utilização caricatural da sua maneira de falar o português” (Pereira, 2002; Henriques, 2009: 81), e ainda no final da década de 1750, almanaque e inúmera impressa escrita faziam uso de expressões que promoviam a discriminação linguística destas populações, como “língua do negro”, “guinéu”, “língua da Guiné”, (Tinhorão, 1988: 202, 207, in Carboni & Maestri, 2012: 44–45) (Matias e Pinto, 2020, p. 18).

Em oposição aos casos supracitados, no que tange ao Pretuguês, sem dúvida, o lugar social parece ser um elemento significativo para a sua indexação positiva, afinal é uma pessoa negra falando por si, não é um povo sendo objeto de outrem. Com isso, não digo que apenas negros devem pesquisar a temática étnico-racial, pelo contrário, penso que todas as pessoas devem fazê-lo com a seriedade necessária. Sendo assim, penso que esse fazer deve ser realizado com ênfase no lócus social de quem o faz, haja vista que a narrativa hegemônica perpetua a manutenção dos privilégios de grupos historicamente dominantes (Modesto, 2015).

Conforme já demarcado por Guerreiro Ramos (1955), há diferença substancial no campo do negro tema e do negro vida. Embora a negritude esteja em voga em ambos, no primeiro, trata-se

apenas de uma temática, de um objeto, destituído de voz e de narrativa própria. No segundo, narrativas próprias e subjetividades são acionadas em torno da análise, como tem sido feito com o Pretuguês, o qual aborda muitas camadas da constituição do PB ao interseccionar<sup>17</sup> a estrutura sociohistórica com a estrutura linguística.

Na mesma direção, Chaves, Cestari e França (2023, p. 6) assumem que Pretuguês além de nomear a língua como um gesto político na constituição social e histórica do PB, o debate sobre Pretuguês aciona

o ato de nomear através da função materna, algo a ver com o nome da mãe na história do Brasil, com essas construções chamadas de “mãe”, não-marcada, logo branca (muitas vezes), e “mãe preta”, racializada como mucama, mulata, tia, preta, sinhá e outras designações que jogam com maternagem e sexualidade o tempo todo.

Instigada por questões dessa ordem, obtive aprovação do projeto de pesquisa intitulado *Pretuguês e sua demanda conceitual na linguística*,<sup>18</sup> em que fui contemplada com bolsas de iniciação científica de trabalhos que problematizaram, sob perspectiva da Historiografia Linguística Transatlântica aliada com a Raciolinguística, através de diferentes concepções de Pretuguês, a complexa interlocução entre língua e raça. Nessas pesquisas foram reveladas as presenças de emancipação cultural negra no confronto ao mito da democracia racial (Gomes, 2019; Bento, 2022) e constituição histórica contra colonial do português (Mingas, 2021).

Por outro lado, em um dos planos de trabalho foi verificado distanciamento substancial da proposta de Gonzalez (1983, 1988), incorporada à Linguística por Cerqueira (2020, 2022, 2024). Embora Galindo (2022, p. 181-185) pontue a existência de “pretuguês”, o faz sob a ótica da mera transferência lexical decorrente do contato entre diferentes etnias, desconsiderando o racismo estabelecido pelo sistema colonial escravagista, bem como de suas implicações nas condições econômicas de acúmulo de capital material e simbólico drasticamente distintas entre pessoas socialmente lidas como brancas ou como negras. Tal polarização, indiscutivelmente impacta na avaliação neutra, positiva ou negativa de formas de uso em variação no PB, não só no âmbito do léxico, mas em todos os níveis de análise da língua.

Outro ponto com o qual discordamos do autor é o de que Gonzalez teria meramente “se reappropriado do termo”. Sob nossa ótica, a inserção do termo pretuguês no âmbito científico, por

<sup>17</sup> Cabe destacar que interseccionalidade é uma ferramenta analítica proposta pelo Feminismo Negro (Davis, 1981; Gonzalez, 1983; hooks, 1994; Crenshaw, 1991; Collins, 2000; Carneiro, 2011; Akotirente, 2018).

<sup>18</sup> Os planos de trabalhos desenvolvidos entre 2023 e 2024 foram: a. Pretuguês: tessituras entre Brasil e Angola (Lana Gabriela Argolo Lopes Soares); b. Pretuguês no Latim em pó (por Maria Camila Santana da Silva); c. Pretuguês e Branquitude (por Alessandra Hermógenes); e d. Pretuguês no Movimento Negro (por Rebeca Souza dos Santos Fonseca).

meio da Antropologia, como estratégia de resistência e emancipação decorrente da avaliação positiva da presença de línguas e povos africanos e afrodescendentes é fundamental para a constituição do PB. Portanto, esse é um aspecto imprescindível à complexidade do debate em tela, conforme já delineado nas seções supracitadas. Não obstante, defendo que mais do que um conceito, Pretuguês trata-se de uma categoria política-linguística, aspecto a ser melhor abordado na próxima seção.

### **3. Pretuguês como categoria política-linguística: uma agenda em construção**

A noção de categorização surge há milênios tendo em sua base principal a associação de grupo, classe ou divisão em que ideias, objetos ou fenômenos são organizados com base em características ou relações compartilhadas. É uma noção comumente vinculada à Filosofia, tendo por objetivo discutir a concepção das categorias. Sob ótica canônica, se destacam as produções de Aristóteles e Kant, e, posteriormente, de Nietzsche e Foucault. Sua formalização, contudo, dá-se na Matemática, na década de 1940, com a Teoria das Categorias, proposta por Samuel Eilenberg e Saunders Mac Lane, a qual fornece axiomas para sua compreensão no campo formal e estrutural.

Em linhas gerais, uma categoria é atestada por sua base empírica (objeto concreto de investigação e ações observáveis), poder explicativo (por que acontece) e preditivo (o que poderá vir a ocorrer). Assim, as ciências criam categorias com intuito de descrever características, explicar tais características e fazer previsões a seu respeito, para tanto tendem a constituir-se como ferramenta de classificação e/ou como conceitos teóricos fundamentais.

Todavia, é importante salientar que um olhar por meio do qual se tensione minimamente as marcas de colonialidade presentes na noção de categoria proposta pela Filosofia aciona a necessidade de “descentramento da razão”, ou seja,

o “descentramento da razão” diz respeito não a uma substituição, ou uma negação total da razão, mas que a ela atribua tão somente uma ferramenta para compreender o mundo e **não uma fundamentação para hierarquizar** as produções do conhecimento e quais as metodologias dariam maior veracidade no acesso à realidade. No entanto, isso agrava por normalmente não estabelecer um diálogo com a localização do pensamento filosófico (Dantas, 2018, p. 2009, grifo nosso).

Uma vez que não há ser universal, já que a compreensão do ser perpassa sua inscrição cultural (Wiredu, 1995; Hall, 2003), é preciso demarcar como certas categorias são mobilizadas com intuito de perpetuar hierarquizações das mais diversas. Portanto, categorizar não é um ato neutro, mas imbuído em complexidades. Diante disso, assumimos, com Diop (2025 [1981]), que no

processo de categorização é preciso considerar: O que/Quem a categoria agrupa? Sob qual critério o faz? Como tal categoria se torna uma ferramenta útil para dado(s) campo(s)? Em qual(is) lugar(es) teórico(s), histórico, social e político se inscreve?

Sendo o Pretuguês um termo proposto por Gonzalez (1983, 1988) para definir as marcas de africanidade presentes no PB de maneira positivada, visto como mais uma das evidências de que a cultura brasileira se constitui a partir de amefricanidade (conforme já discutido anteriormente), tenho buscado nos últimos anos contribuir para sua melhor localização no âmbito da Linguística Geral. Para tanto, revisito os fatores de constituição sociohistórica do PB (Mattos e Silva, 2000, 2004) sob perspectiva amefricana (Gonzalez, 1988, 2020), a qual me permitiu associar a multidão destituída de voz da qual fala Mattos e Silva (2000) com a figura da Mãe Preta, discutida por Gonzalez (1983) e retomada por Chaves, Cestari e França (2023).

Dito de outro modo, embora apresentassem intenções distintas em termos de agenda de pesquisa, entendem que pessoas negras atuaram, apesar de toda violência colonial e escravagista, como sujeitos agentes na formação do que hoje chamamos de PB, com destaque para a mulher negra, sob a figura de Mãe Preta – Mucama.

Sabe-se, no entanto, que tal processo deu-se ao longo de denso (des)contínuo entre a modalidade de PA, imposto durante a invasão colonial, e o PB contemporâneo. Para Gonzalez e Mattos e Silva, devido aos impactos do fim do tráfico transatlântico, bem como do pós-abolição e da Proclamação da República na formação social brasileira, o século XIX foi um marco fundamental para tal processo de mudança política e linguística em curso, haja vista que nesse período se inicia a implementação do projeto de nacionalidade pretendido para o Brasil, “uma Europa nos Trópicos” idealizada pelos eugenistas brasileiros.

Considerando tais aspectos, venho defendendo que Pretuguês seja a modalidade linguística falada por sujeitos negros na formação do PB, como também seus desdobramentos na versão contemporânea de PB, a qual pode acarretar em estigmas em contextos amplos, mas podem também representar e reforçar identidade em suas comunidades de práticas comunicativas.

Em Cerqueira (2024), começo a especular a possibilidade de que, mais do que um conceito, pretuguês seja uma categoria, conforme a discussão realizada no início dessa seção, uma vez que comporta diferentes sentidos associados a língua portuguesa e sua africanização. Para tanto, a contextualização realizada com base na historiografia linguística transatlântica possibilitou-me defender que Pretuguês seja uma categoria em virtude de: a. sua base empírica atestada com fenômenos linguísticos associados à população negra quer por herança linguística africana, quer

por frequência de uso, mencionados na seção anterior; b. ao seu poder explicativo no que concerne à compreensão do valor social de tais variantes atreladas ao marcador racial situado no curso sociohistórico (Cerqueira, 2022); e c. a seu caráter preditivo à medida que viabiliza avaliação positiva de tais variantes quando implementadas à norma estabelecida como culta (Cerqueira, 2023) ou como estratégia de identidade em comunidade de prática afrocentrada e/ou negorefenciada (Cerqueira, Fontana e Modesto, 2022).

Outrossim, categorias também se constituem como ferramenta de classificação, algo que parece ocorrer com o Pretuguês, quando o observamos como suporte epistêmico para outros conceitos já consolidados na Linguística Geral, mas cujo aspecto étnico-racial é pouco enfatizado ou é escamoteado por classe. Portanto, defendo que se possa articular sob o rótulo de Pretuguês, ainda que parcialmente, sentidos presentes nas noções de PPB, PGB e PB Afro.

Ademais, a categoria Pretuguês parece comportar os sentidos presentes em comunidades de práticas linguísticas *afrocentradas* ou *negroreferenciadas*, tais como nos usos mobilizados como estratégia de pertencimento no *hip hop*, em blocos afros, rodas de jongo, em rodas de capoeira, em territórios sagrados de religiões de matriz africanas, dentre outras amefricanidades, quer do ponto de vista da variação linguística (Cerqueira, 2020), quer do ponto de vista discursivo (Santos, 2024).

Nessa perspectiva, o Pretuguês tem se desenhado para nós como categoria política – linguística, pois ao mobilizar raça como variável central na formação do PB, é possível:

- confrontar criticamente os traços linguísticos desse português amefricano em relação ao PE;
- demarcar o papel essencial de povos indígenas e africanos na formação dessa variedade de português, quer no léxico, quer na sintaxe;
- reconhecer que apesar do colonialismo, bem como do escravagismo como sistema econômico, populações afrobrasileiras difundiram o Português Geral do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX;
- denunciar como a estigma em certas formas de uso do PB é resquício de racismo; e
- valorizar como comunidades de prática ressignificam tais formas de uso em torno de sua identidade coletiva.

Em aderência a essa proposta, Pugliese (2025, p. 121, tradução nossa<sup>19</sup>) defende que o

<sup>19</sup> “[...] pretuguês [si comporta] come lente e non come varietà: un ispositivo analitico-politico che riorganizza PPB, PAB, comunità di pratica e aquilombamento/re-existência dentro un'unica mappa (Cerqueira 2024), esplicitando la

pretuguês [...] comporta-se como uma lente e não como uma variedade: um dispositivo analítico-político que reorganiza PPB, PAB, comunidades de prática e aquilombamento/reexistência dentro de um único mapa (Cerqueira 2024), tornando explícita a dimensão racial do uso e abrindo canais de aplicação e pesquisa consistentes com a agenda da “quarta onda” (Cerqueira, 2022; 2024; Freitag, 2023).

Isto é, pensar Pretuguês como categoria analítica de cunho linguístico e político amplia seu escopo para além da dimensão conceitual, à medida que tanto agencia diferentes significações, atravessando suas aproximações e distanciamentos, quanto explicita a importância de um debate crítico sobre o racismo e seu impacto sobre a língua e suas formas de uso. Nesse sentido, Pretuguês atuaria como uma espécie de “guarda-chuva” congregando, em certa medida, diferentes conceitos que se esbarram ora pelo debate sobre a formação do português do Brasil, ora sobre a presença de línguas africanas na formação desse português, ora como estratégia de resistência de sujeitos escravizados e de seus descendentes.

#### 4. Conclusão

Esse artigo teve como intuito argumentar que Pretuguês (Gonzalez, 1983, 1988) extrapola a noção conceitual, já que, conforme a discussão aqui realizada, foi possível verificar sua atuação como uma categoria política-linguística.

Para chegarmos até esse resultado, mobilizamos sob prisma teórico-metodológico transdisciplinar os campos Raciolinguística (Charity-Hudley, 2013, 2016; Alim, Rickford e Ball, 2016), da Linguística Histórica (Mattos e Silva, 2004) e da Historiografia Linguística Transatlântica (Coelho e Santos, 2022). Mediante a essas bases realizamos tratamento qualitativo, orientado pela técnica de contextualização dos dados extraídos de fontes bibliográficas.

Dessa maneira, ao confrontar a estrutura linguística com a estrutura social, avaliando criticamente como a formação social brasileira está cunhada no racismo, a partir do cruzamento dos conceitos de PPB, PGB e PB Afro, concluímos que Pretuguês atua como uma categoria de análise (Cerqueira, 2024; Pugliese, 2025), uma vez que tensiona sob prima político traços linguísticos – rotacismo, apócope de /R/ final, inserção das formas a gente e você no paradigma pronominal e redução dos padrões de concordância nominal e verbal – cuja avaliação pode ser tanto de emancipação (Cerqueira, 2020, 2022), quanto de estigmatização (Cerqueira, 2022, 2023).

Portanto, a historiografia linguística transatlântica conduziu-me a defender que Pretuguês seja uma categoria em decorrência de: a. sua base empírica atestada com fenômenos linguísticos

---

dimensione razziale dell’uso e apendo sbocchi applicativi e di ricerca coerenti con l’agenda della “quarta ondata” (Cerqueira, 2022; 2024; Freitag, 2023)” (Pugliese, 2025, p. 121).

associados à população negra tanto por herança linguística africana, quanto por frequência de uso; b. ao seu alcance explicativo no que tange à compreensão do valor social de tais variantes vinculadas com raça em seu curso sociohistórico (Cerqueira, 2022); e c. a seu caráter preditivo ao passo que conjectura a avaliação positiva de tais variantes quando implementadas à norma estabelecida como culta (Cerqueira, 2023), bem como estratégia de identidade em comunidade de prática afrocentrada e/ou negrorefenciada (Cerqueira, Fontana e Modesto, 2022).

Além disso, propomos, sob o escopo da Raciolinguística, que a constituição sociohistórica do Pretuguês, assim como dos conceitos a ele vinculados, tenha ocorrido conforme a emergência de gramáticas híbridas (Aboh, 2015), processo de formação de línguas em cenário de contato multilíngue no qual traços linguísticos da língua de dominação se cruzam com os das línguas dos dominados, conforme a variabilidade de *input* disponível na aquisição das novas gerações. Com efeito, não compreendemos que sejam formados sistemas menos complexos ou que o processo de formação seja irregular, mas há integralização de traços formais oriundos de gramáticas distintas.

## Referências

- ABOH, E. *The emergence of hybrid grammar: language contact, change and creation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- AKOTIRENT SANTOS, C. A. S. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALIM, H. S.; RICKFORD, J. R.; BALL, A. F. (Org.). *Raciolinguistics: how language shapes our ideas about race*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2016.
- AVELAR, R.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, v. 30, p. 241-288, 2014.
- BANIWA, G. S. L. *O Índio do Brasil: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Secad; Unesco, 2006.
- BERTH, J. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- BISPO, A. N. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI; UnB, 2015.
- CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, A. S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARNEIRO, A. S. *Racismo, sexism e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVALHO, D. S. *A domesticação da gramática de gênero*. São Paulo: Pontes, 2021.

- CERQUEIRA, F. O. Lélia Gonzalez e o Pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. In: CARVALHO, D. S.; LIMA, P. E. (Org.). *Língua(gem) e sexualidade: perspectivas do século XXI*. Salvador: Edufba, 2022. p. 15-38.
- CERQUEIRA, F. O. Norma padrão e norma dita culta: confusão sistêmica entre instrumento linguístico e amostra de variação. *Porto das Letras*, v. 9, n. 2, p. 458-477, 2023.
- CERQUEIRA, F. O. O pretuguês como comunidade de prática: concordância e identidade racial. *Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 4, n. 1, p. 75-88, 2020.
- CERQUEIRA, F. O. Pretuguês. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. (Org.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. v. 2. Campinas: Pontes, 2024. p. 219-227.
- CERQUEIRA, F. O.; CARVALHO, D. S. Racializando língua ou Linguificando raça? *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 61, n. 2, p. 455-466, 2022.
- CERQUEIRA, F. O.; FONTANA, L. S.; MODESTO, R. Repense e a urgente demanda negrolinguística. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, n. 23, v. 2, p. 199-216, 2022.
- CHARITY-HUDLEY, A. H. Language and racialization. In: GARÍCA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (Org.). *The Oxford Handbook of Language and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-25.
- CHARITY-HUDLEY, A. H. Sociolinguistic and social activism. In: BAYLEY, R.; CAMERON, R.; LUCAS, C. (Org.). *The Oxford Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-22.
- CHAVES, T. V.; CESTARI, M. J.; FRANÇA, G. Todo mundo fala pretuguês, principalmente quem não fala. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 18, n. 29, p. 1-24, 2023.
- COELHO, O.; SANTOS, E. P. Macedo Soares, Amélia Mingas e a Histografia Linguística Transatlântica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 64, p. 1-22, 2022.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.
- DANTAS, L. T. F. *Filosofia desde África: perspectivas descoloniais*. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2018.
- DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que trata a linguística afinal? In: BORGES NETO, J. *Ensaios de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- DEGRAFF, M. Toward racial justice in linguistics: the case of Creole studies. *Language*, v. 96, n. 4, p. 292-306, 2020.
- DIOP, C. A. *Civilização ou barbárie*. Trad. César Sobrinho. Companhia das Letras: São Paulo, 2025 [1981].
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961].
- FREITAG, R. K. A quarta onda: ativismo sociolinguístico no Brasil. *Fórum Linguístico*, v. 20, n. 3, p. 9.401-9.419, 2023.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Global, 2003 [1933].

- GALVES, C. M. C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T. et al. (Org.). *Rosae: linguística histórica, história da línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 65-74.
- GALVES, C. M. C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. *O português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2001 [1993].
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1979]. p. 49-64.
- GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 abr. 1979a.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1983.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUERREIRO RAMOS, A. Patologia social do branco brasileiro. *Jornal do Comércio*, 1955.
- GUY, G. R. A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, A. M. S. (Org.). *Estudos de variação lingüística e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 15-38.
- GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.
- HALL, S. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HOLM, J. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: D'ANDRADE, E.; KIHM, A. (Orgs.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri. 1992. p. 37-66.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1994].
- ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- LEMOS, C. E. S; MOURA, S. A.; BÊTA, T. E. L. Os vícios de pronunciação: prescrição para a família senhorial sobre os perigos de africanização da Língua Portuguesa (1856-1858). In: PEROBELLI, R. et al. (Org.). *Estudos Linguísticos e direitos humanos: linguagem, interação e comunicação*. v. 3. São Carlos: Pedro & João, 2025. p. 179-205.
- LUCCHESI, D. E. R. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. O português afro-brasileiro. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-74.
- LUCCHESI, D. E. R. *Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

- LUCCHESI, D. E. R. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003. p. 272-284.
- LUCCHESI, D. E. R. Parâmetros Sociolinguísticos do Português Brasileiro. *Revista da Abralin*, v. 5, n. 1-2, p. 83-112, 2006.
- LUCCHESI, D. E. R. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28, 2001.
- MACEDO, H. O “pretoguês” de José Luandino Vieira. *Alfa*, n. 36, p. 109-122, 1992.
- MATIAS, A. R.; PINTO, P. F. “Pretoguês/pretuguês”: breves notas sobre o papel do racismo na construção histórica de um não lugar de fala. *Cadernos MICAR: Textos para a 7ª edição da Mostra Internacional de Cinema Anti-racista, SOS Racismo*, p. 13-20, 2020.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaios para uma sociohistória do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MATTOS E SILVA, R. V. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gravatá*, n. 9, p. 11-27, 2000.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MINGAS, A. O pretoguês, o português em/de Angola: “é problema que estamos com ele”. NJINGA e SEPÉ: *Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. n. 1, v. 1, p. 25-37, 2021.
- Modesto, R. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Lingüística Irregular. Crônicas e Controvérsias. *Línguas e Instrumentos linguísticos*, n. 36, p. 89-118, 2015.
- MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MUFWENE, S. Pidgin and Creole Languages. In: SMERLSE, N. J.; BALTES, P. B. (Ed.) *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. [S. l.]: Elsevier, 2002.
- MUNANGA K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NARO, A.; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. Especial, p. 437-454, 1993.
- NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, B. (Org.). *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018 [1985].
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, 2012.
- PUGLIESE, P. *Pretuguês: analisi di un concetto tra razzismo linguistico e rivendicazione identitaria*. 2025. 129 f. Dissertação (Mestrado em Lingua e Cultura Italiane per Stranieri) – Corso di Laurea Magistrale in Lingua e Cultura Intaliane per Stranieri, Università di Bologna, Bologna, 2025.

- ROBERTS, I.; KATO, M. *O português brasileiro: uma viagem diacrônica – homenagem a Fernando Tarallo*. São Paulo: Contexto, 1993.
- ROCHA, S. *Eugenia no Brasil: análise do discurso ‘científico’ no Boletim de Eugenia: 1929-1933*. 2010. 100 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, n. 46, v. 5, p. 621-647, 2017.
- SANTOS, S. O. S. Pretuguês: mandingas linguísticas em “quero ver dendê”, de mestre Boa Voz. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 78, p. 489-517, 2024.
- SAPIR, E. *Language – an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc, 1949 [1921].
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].
- SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.
- SILVA NETO, S. Introdução In: SILVA NETO, S. *Histórias da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986 [1957]. p. 13-54.
- SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- SOUZA, A. S. Que dizem as cantigas de escárnio e maldizer galego-portuguesas sobre negr-? desafios para a história de uma palavra. *Signum*, v. 20, n. 2, p. 71-94, 2019.
- STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 330-391.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.
- THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- WIREDU, K. *Descolonização conceitual na filosofia africana*. Ibadan: Hope Publications, 1995.